

26/04/2011

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 107.500 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S)	: JACSON CLODES TRAI SOARES
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S)	: RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 189371 DO SUPERIOR TRIBUNAL JUSTIÇA

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS CORPUS*. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REINCIDÊNCIA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO APLICAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.

Há que se diferenciar a situação de quem tem contra si condenações transitadas em julgado da situação daquele contra quem existem apenas registros criminais, sem, contudo, qualquer condenação.

No primeiro caso, é inaplicável o princípio da insignificância. Precedentes (HC 100.240, rel. min. Joaquim Barbosa, *DJ* de 2.3.2011; e HC 97.007, rel. min. Joaquim Barbosa, *DJ* de 31.3.2011).

Agravo regimental **não provido**.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do relator.

Brasília, 26 de abril de 2011.

Ministro JOAQUIM BARBOSA

Relator

Documento assinado digitalmente

26/04/2011

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 107.500 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S)	: JACSON CLODES TRAI SOARES
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AGDO.(A/S)	: RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 189371 DO SUPERIOR TRIBUNAL JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator): Trata-se de agravo regimental interposto por Jacson Clodes Trai Soares contra decisão em que neguei seguimento ao HC 107.500, no que diz respeito ao agravante, e deferi a liminar pleiteada pelo co-réu Luciano Teixeira da Motta.

Alega o agravante, em suma, que circunstâncias de ordem subjetiva não devem ser consideradas na aplicação do princípio da insignificância.

Ao final, pede a reconsideração da decisão agravada ou o provimento do recurso, para que o HC 107.500 seja conhecido também em relação ao agravante, deferindo-se o pedido de liminar formulado em favor dele.

É o relatório.

26/04/2011

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 107.500 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA - (Relator):
Conforme expus na decisão agravada,

“No caso, conforme se extrai da denúncia, os pacientes são acusados de tentar subtrair duas calças avaliadas em R\$ 80,00.

Aliado a isso, o TJRS, ao receber a denúncia, destacou a existência de registros criminais contra os denunciados. À vista dos autos, verifica-se que, em relação a Luciano Teixeira da Mota, há apenas dois inquéritos e uma sentença homologatória de transação penal. Nenhuma condenação, portanto. Já no que se refere a Jacson Clodes Trai Soares, existem ao menos duas sentenças condenatórias transitadas em julgado (uma em 30.5.2005 e outra em 18.4.2008).

Nesse contexto, entendo haver razão para a superação da Súmula 691 apenas quanto ao paciente Luciano Teixeira da Mota.”

Noutras palavras, é preciso diferenciar a situação de quem tem contra si condenações transitadas em julgado da situação daquele contra quem existem apenas registros criminais, sem, contudo, qualquer condenação.

No primeiro caso, entendo inaplicável o princípio da insignificância.

Nesse sentido, cito, por exemplo, o HC 100.240 (de minha relatoria, *DJ* de 2.3.2011) e o HC 97.007 (também de minha relatoria, *DJ* de 31.3.2011), cuja ementa tem o seguinte teor:

“Habeas Corpus. Penal e Processual Penal. Furto.

HC 107.500 AgR / RS

Incidência do princípio da insignificância. Inviabilidade. Reincidência e habitualidade delitiva comprovadas. Ordem denegada.

Reconhecidas a reincidência e a habitualidade da prática delituosa, a reprovabilidade do comportamento do agente é significativamente agravada, sendo suficiente para inviabilizar a incidência do princípio da insignificância. Precedentes.

Ordem denegada.”

Assim também me posicionei no HC 106.510, julgado em 22.3.2011, o qual, todavia, acabou sendo concedido apenas porque houve empate na votação (ausente, justificadamente, a min. Ellen Gracie).

Daí por que voto pelo **não provimento** do agravo regimental.

26/04/2011

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 107.500 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) -

Peço vênua ao Ministro Relator para divergir.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 107.500

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

AGTE.(S) : JACSON CLODES TRAI SOARES

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

AGDO.(A/S) : RELATOR DO HABEAS CORPUS Nº 189371 DO SUPERIOR
TRIBUNAL JUSTIÇA

Decisão: Negado provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Presidente. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 26.04.2011.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presentes à sessão a Senhora Ministra Ellen Gracie e os Senhores Ministros Ayres Britto e Joaquim Barbosa. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador